

# X Fórum Nacional das Transferências e Parcerias da União

Um universo de possibilidades para a gestão pública

## REALIZAÇÃO



MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



## PATROCÍNIO-MASTER



## PATROCÍNIO



## APOIO



## CO-REALIZAÇÃO



# Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios da AGU

Pedro Fabris de Oliveira

Advogado da União

Coordenador da secretaria da SEJAN

Junho/2025

# MAPA ESTRATÉGICO

Confiabilidade e a sustentabilidade  
das políticas públicas

Defesa jurídica  
da democracia

Viabilidade jurídica da  
transição ecológica

## Impactos para o Estado e a Sociedade

### Valores

- Aprendizado contínuo
- Comprometimento
- Integridade
- Cooperação
- Inovação

### Propósito

Nós trabalhamos para viabilizar  
políticas públicas por um Brasil  
democrático, inclusivo e sustentável

### Visão

Ser vanguarda na inteligência jurídica para  
a solução de conflitos e problemas públicos  
em benefício da sociedade

#### Excelência dos Serviços Jurídicos



Garantir a segurança jurídica dos atos e políticas  
públicas do Estado brasileiro, com foco na prevenção  
e na resolutividade de conflitos

Aumentar a proteção do patrimônio e a  
recuperação de recursos públicos

#### Processos de trabalho



Fortalecer o relacionamento e a comunicação  
com órgãos assessorados, Poder Judiciário,  
cidadãos e outros atores públicos e privados

Ampliar a capacidade de governança  
e gestão de riscos

#### Aprendizagem e crescimento sustentável



Construir um ambiente  
feliz para trabalhar

Promover a transformação  
digital inclusiva

Incorporar práticas  
sustentáveis na gestão de recursos



PLANEJAMENTO  
ESTRATÉGICO DA AGU  
2024-2027

AGU  
AGÊNCIA GERAL DE URBANISMO

## Composição da Câmara de Promoção de Segurança Jurídica

# Quem faz parte

- Órgãos da AGU
- CONPEG - Colégio Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal
- ANPM - Associação Nacional das Procuradoras e dos Procuradores Municipais
- CFOAB - Conselho Federal da OAB
- Sebrae
- Entidades representativas:
  - DE SETORES ECONÔMICOS;
  - DOS TRABALHADORES;
  - DA SOCIEDADE CIVIL



```
graph LR; A[DA SOCIEDADE CIVIL] --> B[Abong]; A --> C[ABCR];
```

Abong

ABCR

# Organização da Câmara de Promoção de Segurança Jurídica

Portaria Normativa AGU n. 110, de 15 de setembro de 2023 (revogada)

**Portaria Normativa AGU n. 173, de 28 de abril de 2025**

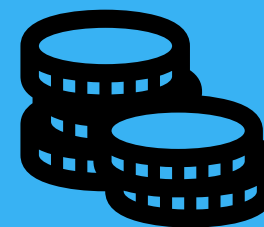
**Portaria Normativa SGCS/AGU n. 1, de 28 de abril de 2025**



**Presidência da Sejan**




**Comitê Regulatório**



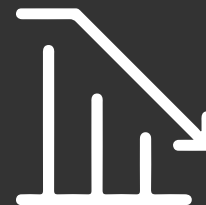
**Comitê Tributário**







## Finalidades da Câmara de Promoção de Segurança Jurídica



Prevenir e reduzir a litigiosidade por meio do fomento à adoção de soluções autocompositiva

Facilitar a articulação entre órgãos e entidades para identificar situações de incerteza jurídica



Promover processos participativos de diálogo técnico sobre temas jurídicos



Formular diagnósticos e mapear desafios regulatórios, normativos e administrativos



Possibilitar a discussão de propostas de atos normativos que visem aperfeiçoar o arcabouço institucional no ambiente de negócios

### Monitoramento de Demandas | Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios (SEJAN)

Comitê

Regulatório

Tributário

Integrante

Tudo

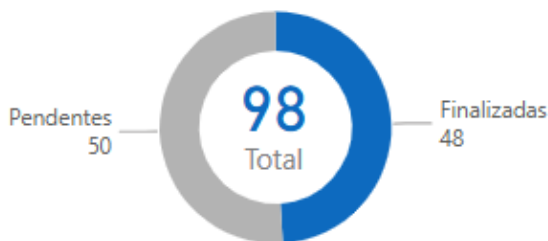
Órgão Demandado

Tudo

Mês/Ano de Referência

Tudo

#### Demandas



#### Finalizadas

48 Demandas

144 Tempo Médio (dias)

49,0% Desempenho

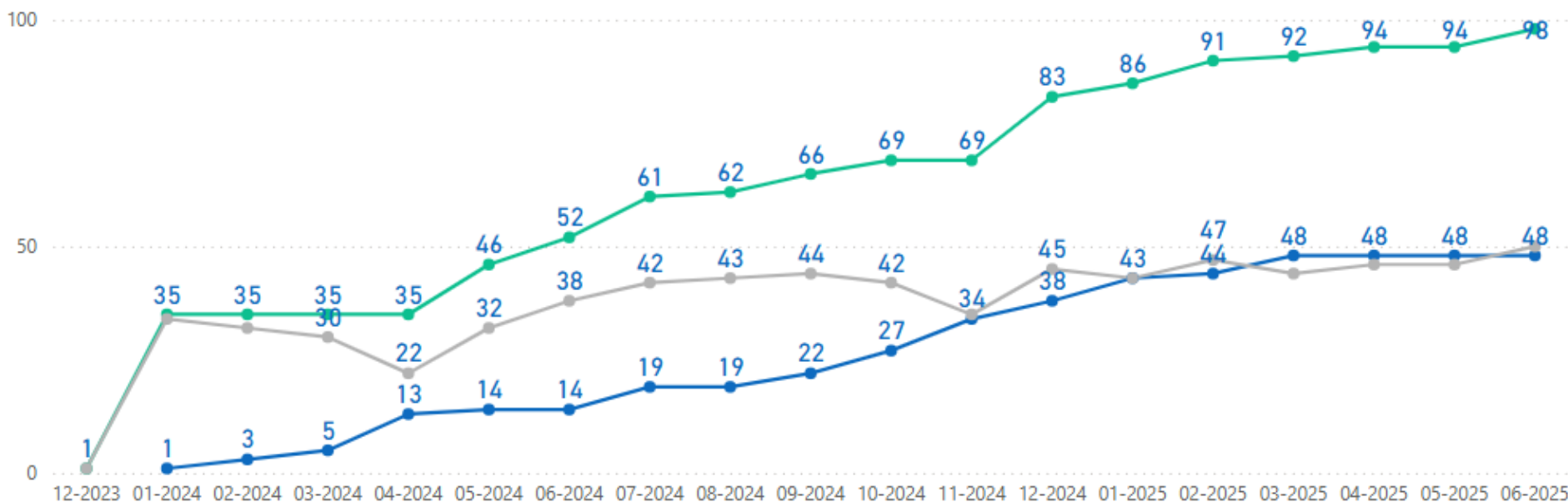
#### Pendentes

50 Demandas

248 Tempo Médio (dias)

51,0% Desempenho

● Abertas ● Finalizadas ● Pendentes



# Sejan.

CÂMARA DE PROMOÇÃO DE SEGURANÇA JURÍDICA NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

## Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios

Reuniões SEJAN  
2025

ABRIL  
28/04/2025



Tarde

Comitê Tributário e Regulatório

JUNHO  
26/06/2025

Manhã

Sessão Extraordinária  
Comitê Tributário (Reforma Tributária)



## Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios

Publicado em 24/05/2024 09h52

Atualizado em 23/05/2025 18h20



A Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios é um colegiado criado pela Advocacia-Geral da União (AGU) para identificar situações de incerteza jurídica e propor soluções que incentivem os investimentos no país.

Ela conta com um pleno e dois comitês temáticos. Um para discutir assuntos tributários e outro para debater aspectos regulatórios. As três instâncias contam com representantes da Advocacia-Geral da União e de entidades representativas de segmentos empresariais, trabalhadores e sociedade civil.

Além de identificar situações de incerteza jurídica e apontar soluções que estimulem o ambiente de negócios no país, a câmara tem como atribuição promover um diálogo técnico sobre temas jurídicos relevantes para o ambiente de negócios brasileiro, bem como prevenir e reduzir a litigiosidade por meio do fomento à adoção de soluções autocompositivas e facilitar a articulação entre órgãos e entidades da administração pública federal e os setores econômicos.

Um dos primeiros assuntos que serão objeto de debate, por exemplo, serão as sugestões feitas ao edital de transação em teses tributárias referentes ao Imposto Sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da empresa investidora domiciliada no Brasil auferido através da sua investida no exterior.

O colegiado também pode formular diagnósticos e mapear desafios regulatórios, normativos e administrativos que possam ser objeto de construção de solução jurídica a partir de debate interinstitucional, com a participação de atores públicos e privados possibilitando, ainda, a discussão de propostas de atos normativos que visem aperfeiçoar o arcabouço institucional no ambiente de negócios.

Edital - Dúvidas interpretativas  
sobre Reforma Tributária



Pareceres



Atos Normativos



Composição



Monitoramento de Demandas



Atas das sessões





## Atuação da Câmara de Promoção de Segurança Jurídica

# Demandas

- Incerteza jurídica que ultrapassa interesse subjetivo (questões em tese)
- **PARECER 1** - Limite de despesa com pessoal da LRF **não se aplica** às parcerias com entidades do terceiro setor, salvo em caso de fraude
- **PARECER 2** - As OSCs possuem autonomia para formarem suas equipes, **não se configurando nepotismo** a existência de relações familiares nas entidades do terceiro setor que contratam com o poder público
- **PARECER 3** - Análise das hipóteses de **isenção de imposto de renda em premiações culturais concedidas a pessoas físicas** (Lei Paulo Gustavo e Marco Regulatório de Fomento à Cultura)



# Atuação da Câmara de Promoção de Segurança Jurídica

- **PARECER 1 (PGFN)** - Limite de despesa com pessoal da LRF **não se aplica** às parcerias com entidades do terceiro setor, salvo em caso de fraude
- **REGRA GERAL:** Despesa de pessoal incluem apenas gastos com ativos, inativos e pensionistas (art. 18, LRF)
- **EXCEÇÃO:** Gastos com **mão de obra terceirizada**, quando configurada a substituição de agentes públicos (art. 18, §1º, LRF)
- **PARECER:** Controle exercido sobre as OSC não deve ser materializado por meio da caracterização desses valores como despesas com pessoal, **SALVO** em caso de fraude.
- **Conclusão:** § 1º do art. 18 da LRF **não se aplica** às parcerias com entidades do terceiro setor que exercem atividades de interesse público, salvo em caso de fraude.

## Atuação da Câmara de Promoção de Segurança Jurídica

- **PARECER 2 (Conjur-SG/PR)** - As OSCs possuem autonomia para formarem suas equipes, **não se configurando nepotismo** a existência de relações familiares nas entidades do terceiro setor que contratam com o poder público
- A Lei do MROSC privilegiou o controle de resultados, sem invadir a autonomia das organizações da sociedade civil (**analogia** com a autonomia de empresas privadas contratadas por meio de licitação)
- **Formas de controle:**
  - I - Na relação jurídica de direito público estabelecida entre o Estado e as OSCs;
  - II - Na relação entre as OSCs e empregados, contratados e fornecedores, **apenas sobre o cumprimento do termo de referência ou do plano de trabalho** (controle do objeto e finalidade)

# Atuação da Câmara de Promoção de Segurança Jurídica

- **PARECER 3 (Decor/CGU)** - Análise das hipóteses de **isenção de imposto de renda em premiações culturais concedidas a pessoas físicas** (Lei Paulo Gustavo e Marco Regulatório de Fomento à Cultura)
- **Antes da vigência da Lei nº 14.903/2024:** são isentas de imposto de renda **apenas** as premiações culturais a pessoas físicas revestidas de natureza jurídica de **doação sem encargo** por força do art. 18, § 3, da Lei Complementar nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo)
- **Após a vigência da Lei nº 14.903/2024:** são isentas de imposto de renda as premiações culturais a pessoas físicas **embasadas juridicamente no Marco Regulatório de Fomento à Cultura**, ainda **que** o recurso financeiro repassado pela Administração Pública tenha como fonte outras leis específicas de fomento cultural

# Obrigado

Pedro Fabris de Oliveira  
Advogado da União

(61) 2026-8169 - (61) 2026-8568

[camara.sejan@agu.gov.br](mailto:camara.sejan@agu.gov.br)

## X Fórum Nacional das Transferências e Parcerias da União

Um universo de possibilidades para a gestão pública

REALIZAÇÃO



MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



PATROCÍNIO-MASTER



PATROCÍNIO



Agência Brasileira de  
Desenvolvimento Industrial



APOIO



CO-REALIZAÇÃO

